



A câmara tem 20,4 milhões de euros disponíveis para pagar aos 196 feirantes forçados a sair de Entrecampos

Indemnizações aos feirantes poderão ser pagas já hoje

FEIRA POPULAR DE LISBOA

Câmara tem o dinheiro disponível em tesouraria. Falta apenas o acordo entre feirantes

ANABELA MENDES

Termina hoje o prazo para a Câmara Municipal de Lisboa (CML) proceder ao pagamento das indemnizações aos feirantes da extinta Feira Popular, de acordo com o protocolo aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal.

Apesar de toda a polémica que tem acompanhado o assunto e das várias acusações feitas na última semana à autarquia, o vereador das Finanças, Fontão de Carvalho, garante que o processo está encerrado, que não terá lugar nenhuma reavaliação de critérios e que o dinheiro das indemnizações — cerca de 20,4 milhões de euros — está disponível na tesouraria, podendo ser pago a qualquer momento.

“Desde sempre houve o pressuposto de que a câmara só negociava com a Associação dos Feirantes da Feira Popular de Lisboa e sobre isso não vamos abrir mão. A associação tinha uma direcção que representava quase todos os interessados, exceptuando dois. Os feirantes, na sua totalidade, receberam já vários adiantamentos das indemnizações, que foram distribuídos entre eles, de acordo com as regras que eles próprios definiram e que todos aceitaram, sem

excepção”, explicou Fontão de Carvalho.

O vereador das Finanças conta que no último mês foi contactado por vários grupos de feirantes que punham em causa a distribuição das indemnizações propostas pela associação.

“Neste momento desconheço em quantos grupos se divide a associação de feirantes e não estamos disponíveis para arbitrar um conflito que se passa entre eles e que é alheio à autarquia. Mas uma coisa é certa: recuso qualquer acusação contra a câmara ou contra mim próprio, seja de manipulação ou qualquer outra”, afirma.

Fontão de Carvalho diz que se Pedro Valido, advogado que

diz representar dois terços dos contratos dos feirantes, quer resolver este impasse, então deve aconselhar os seus clientes a realizarem uma assembleia-geral da associação e fazer eleger novos corpos gerentes.

“Depois disso, pode vir à câmara apresentar uma proposta assinada pelos dois terços de detentores de contratos que representa e receberá a verba que lhes é devida. O dinheiro está em tesouraria, em posse da câmara, para ser disponibilizado a qualquer instante”, conclui Fontão de Carvalho.

Maioria dos feirantes de acordo com valor proposto
Confrontado com as declara-

ções do vereador das Finanças, o advogado Pedro Valido garante que a situação muda muito.

“É muito importante saber que o vereador não vai rever critérios de atribuição de indemnizações, pois isso mata de imediato o conjunto de boatos e de promessas que algumas pessoas andaram a fazer aos feirantes desde as últimas eleições autárquicas. Essas pessoas prometeram que iam conseguir melhorar as indemnizações de A ou de B, graças a uma suposta proximidade ao dr. Fontão de Carvalho, que era invocada com grande alarde”, afirma.

Pedro Valido considera que, sendo assim, a questão que se coloca tem a ver com a forma do pagamento das indemnizações.

“Se o vereador diz que o dinheiro está disponível, que é outra afirmação importantíssima, ele tem o *dossier* que os meus clientes lhe fizeram chegar e que contém declarações assinadas por todos, num total de 120 dos 196 contratos da Feira Popular, onde é expressamente declarado que concordam com o valor indemnizatório e que estão dispostos a recebê-lo e a encerrar o caso”, afirma.

“A câmara pode transferir para a Associação de Feirantes pelo menos os valores relativos a estes 120 contratos, que representam a maioria, e que já manifestaram o seu total acordo. Caso não o faça, iremos nós próprios reanalisar a situação e encontrar a melhor forma de ajudar a CML a encerrar este *dossier*, a bem de todos”, conclui Pedro Valido. ■

Um longo processo de avaliação

O critério que hoje é válido e que foi aprovado pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal de Lisboa (AML) foi a primeira forma de avaliação encontrada por uma comissão arbitral, que aprovou, com base num relatório de um perito avaliador, os valores totais de indemnização, obtidos através da soma dos valores individuais atribuídos a cada contrato dos feirantes. No passado tinham existido já outras propostas, ora inicialmente avançadas por um construtor particular, que oferecia 25 milhões de euros para ocupar os terrenos da Feira Popular, ou até por uma avaliação feita pela própria Associação de Feirantes. A polémica surgiu em Setembro de 2005, quando a AML se preparava para ratificar o protocolo e o grupo representado pelo advogado Pedro Valido se apercebeu de que tinha aparecido uma segunda listagem de distribuição dos valores pelos feirantes, que alterava substancialmente a situação, reduzindo o valor a receber pela maioria deles e beneficiando substancialmente um pequeno grupo de grandes comerciantes. O vereador Pedro Pinto, que detinha o pelouro das Finanças, mandou retirar essa segunda listagem, deixando claro que a câmara só reconhecia a listagem elaborada pelo perito e que veio a ser aprovada por unanimidade nessa mesma reunião. A.M.